

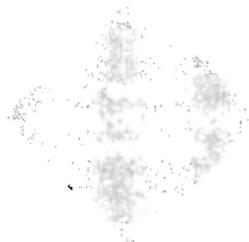
MAIRAN GONÇALVES MAIA JÚNIOR

# A Família e a Questão Patrimonial

Planejamento Patrimonial •  
Regime de Bens •  
Pacto Antenupcial •  
Contrato Patrimonial da União Estável •

*Prefácio*

TERESA ARRUDA ALVIM WAMBIER



THOMSON REUTERS  
**REVISTA DOS  
TRIBUNAIS™**

**A FAMÍLIA E A QUESTÃO PATRIMONIAL**

- PLANEJAMENTO PATRIMONIAL

- REGIME DE BENS

- PACTO ANTENUPCIAL

- CONTRATO PATRIMONIAL NA UNIÃO ESTÁVEL

*Mairan Gonçalves Maia Junior*

3.<sup>a</sup> edição revista, atualizada e ampliada

Prefácio

TERESA ARRUDA ALVIM WAMBIER

1.<sup>a</sup> edição: 2010 – 2.<sup>a</sup> edição: 2012.



© desta edição [2015]

EDITORA REVISTA DOS TRIBUNAIS LTDA.

MARISA HARMIS

*Director responsável*

Rua do Bosque, 820 • Barra Funda

Tel. 11 3613-8400 • Fax 11 3613-8450

CEP 01136-000 – São Paulo, SP, Brasil

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, especialmente por sistemas gráficos, microfilmicos, fotograficos, reprográficos, fonográficos, videográficos. Vedada a memorização e/ou a recuperação total ou parcial, bem como a inclusão de qualquer parte desta obra em qualquer sistema de processamento de dados. Essas proibições aplicam-se também as características gráficas da obra e a sua editoração. A violação dos direitos autorais é punível como crime (art. 184 e parágrafos, do Código Penal), com pena de prisão e multa, conjuntamente com busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei 9.610, de 19.02.1998, Lei dos Direitos Autorais).

CENTRAL DE RELACIONAMENTO RT

(atendimento, em dias úteis, das 8 as 17 horas)

Tel. 0800-702-2433

e-mail de atendimento ao consumidor: [sac@rt.com.br](mailto:sac@rt.com.br)

Visite nosso site: [www.rt.com.br](http://www.rt.com.br)

Impresso no Brasil [06-2015]

Profissional

Fechamento desta edição [21.05.2015]



EDITORA AFILIADA

## SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS.....	15
APRESENTAÇÃO À 3.ª EDIÇÃO .....	17
APRESENTAÇÃO À 2.ª EDIÇÃO .....	19
PREFÁCIO À 1.ª EDIÇÃO.....	21
INTRODUÇÃO .....	29
1. FAMÍLIA.....	35
1.1 Por que a família é importante?.....	35
1.2 A proteção constitucional à família.....	37
1.3 Evolução da concepção de família: a família romana e a família moderna .....	40
1.4 A “crise da família” .....	46
1.5 Família e entidade familiar.....	48
1.6 A família constituída pelo matrimônio civil.....	51
1.7 A família constituída pela união estável.....	57
1.8 A formação e a finalidade do patrimônio familiar .....	59
2. MATRIMÔNIO.....	65
2.1 Natureza jurídica .....	69
2.2 Princípios .....	75
2.2.1 Igualdade dos cônjuges.....	78
2.2.2 O princípio da solidariedade: a vida em comunhão.....	81
2.2.3 A monogamia.....	82
2.2.4 O matrimônio como expressão livre e consciente da vontade dos nubentes .....	83
2.3 Características e fins .....	84
2.3.1. O casamento entre pessoas do mesmo sexo .....	84

2.3.2	Características fundamentais e fins do casamento .....	87
2.4	Efeitos.....	93
2.4.1	Efeitos não patrimoniais .....	93
2.4.1.1	Efeitos sociais .....	93
2.4.1.2	Efeitos pessoais .....	94
2.4.2	Efeitos patrimoniais.....	101
2.5	A influência do direito canônico .....	104
3.	UNIÃO ESTÁVEL.....	108
3.1	Características e fins .....	112
3.1.1	União estável putativa.....	119
3.2	Efeitos.....	121
3.2.1	Efeitos não patrimoniais .....	122
3.2.1.1	Efeitos sociais .....	122
3.2.1.2	Efeitos pessoais .....	123
3.2.2	Efeitos patrimoniais.....	127
3.3.	A união entre pessoas do mesmo sexo.....	131
3.3.1	Aspectos da decisão do C. STF na ADPF 132 e ADIn 4.277/DF: inércia do Poder Legislativo, síntese da fundamentação dos votos e dispositivos.....	131
3.3.2	Algumas consequências jurídicas decorrentes da decisão .. O conceito de família .....	134
3.4.	O conceito de família .....	134
3.4.1	Os efeitos pessoais e patrimoniais.....	136
3.4.2	A questão sucessória .....	138
4.	PATRIMÔNIO .....	139
4.1	Noções gerais.....	139
4.2	Patrimônio por afetação.....	143
4.3	Comunhão e condomínio .....	145
4.4	Planejamento patrimonial familiar .....	148
4.4.1	As vantagens e importância do planejamento patrimonial familiar .....	150
4.4.2	Espécies de planejamento patrimonial e seus objetivos específicos .....	151

4.4.2.1	Planejamento patrimonial.....	151
4.2.2.2	Planejamento educacional e profissional .....	154
4.2.2.3	Planejamento sucessório.....	155
4.4.3	Instrumentos jurídicos disponíveis para o planejamento patrimonial familiar.....	157
4.4.3.1	Regime de bens .....	158
4.4.3.2	O Pacto antenupcial.....	159
4.3.3.3	O contrato patrimonial .....	161
4.4.3.4	O bem de família legal e voluntário .....	162
4.4.3.5	Negócios jurídicos específicos .....	164
4.4.3.6	Instrumentos destinados à disciplina da sucessão: fideicomisso, testamento, legado e codicilo .....	165
5.	REGIME DE BENS.....	169
5.1	Autonomia privada.....	173
5.1.1	O caráter preponderantemente cogente das normas jurídicas disciplinadoras das relações familiares e o princípio da autonomia privada.....	173
5.1.1.1	A autonomia privada na determinação dos efeitos patrimoniais do casamento e da união estável.....	176
5.1.2	A igualdade jurídica entre os cônjuges e entre os conviventes.....	181
5.1.3	A definição do regime de bens: livre estipulação ou opção por regime legal?.....	184
5.1.4	Imutabilidade relativa do regime de bens.....	189
5.1.4.1	O § 2.º do art. 1.639 do CC/2002 .....	192
5.2	O pacto antenupcial: natureza jurídica e finalidade .....	199
5.2.1	Modificabilidade do pacto antenupcial.....	204
5.2.2	Os elementos essenciais ao pacto antenupcial .....	205
5.2.3	Conteúdo e limites.....	208
5.2.3.1	A fixação de condições ou termos no pacto antenupcial.....	212
5.2.3.2	O conteúdo negativo do pacto antenupcial.....	214
5.2.4	O registro e a eficácia em relação a terceiros .....	217
5.2.5	O pacto antenupcial e o prazo para a realização do casamento .....	218
5.3	O contrato na união estável.....	220

5.3.1	O conteúdo do contrato patrimonial.....	225
5.3.2	A modificabilidade do contrato patrimonial e a retroatividade de seus efeitos .....	226
5.3.3	A incidência supletiva do regime da comunhão parcial de bens .....	229
5.3.4	O pacto antenupcial como contrato patrimonial.....	232
5.4	Os regimes de bens previstos no Código Civil de 2002 .....	233
5.4.1	O regime da comunhão universal de bens .....	234
5.4.1.1	A incomunicabilidade de bens na comunhão universal.....	238
5.4.2	Regime da separação de bens .....	244
5.4.2.1	Separação legal.....	246
5.4.2.1.1	A Súmula 377 do STF.....	250
5.4.2.1.2	O regime da separação legal de bens e a união estável.....	255
5.4.2.1.3	O regime da separação legal de bens e capacidade sucessória do cônjuge ....	257
5.4.2.2	Separação convencional.....	258
5.4.2.2.1	A ultratividade dos efeitos do pacto antenupcial, o regime da separação voluntária de bens e a capacidade sucessória do cônjuge na jurisprudência do STJ .....	261
5.4.3	Participação final nos aquestos: aspectos gerais .....	266
5.4.3.1	A formação do patrimônio dos cônjuges.....	268
5.4.3.2	A administração e disposição do patrimônio dos cônjuges.....	270
5.4.3.3	As obrigações destinadas ao sustento da família, as dívidas dos cônjuges e sua responsabilização...	272
5.4.3.4	A apuração dos haveres, formação do monte partível e suas consequências.....	273
5.4.4	Regime da comunhão parcial de bens .....	276
5.5	Extinção da eficácia do regime de bens .....	277
5.5.1	A separação de fato como causa da cessação dos efeitos do regime de bens .....	279
5.5.2	A cessação dos efeitos da disciplina patrimonial na união estável.....	282

6. O REGIME DA COMUNHÃO PARCIAL DE BENS NO CASAMENTO E NA UNIÃO ESTÁVEL .....	284
6.1 Da formação do patrimônio comum e particular à luz do regime da comunhão parcial de bens no casamento e na união estável.....	284
6.1.1 O tempo e a norma jurídica como fatores definidores da formação patrimonial .....	284
6.1.2 As regras incidentes na formação do patrimônio na união estável.....	286
6.2 A titularização do patrimônio .....	292
6.2.1 Do patrimônio comum .....	292
6.2.2 Do patrimônio particular .....	299
6.2.3 A previsão do art. 1.661 do CC/2002 .....	309
7. A ADMINISTRAÇÃO DOS BENS COMUNS E PARTICULARES NO REGIME DA COMUNHÃO PARCIAL DE BENS .....	313
7.1 Atos de administração.....	313
7.2 Atos de disposição ou oneração dos bens.....	318
7.2.1 O art. 1.647, caput, e a restrição à capacidade negocial .....	320
7.2.2 Suprimento da outorga do cônjuge .....	326
7.2.3 A alienação de bens móveis e imóveis .....	327
7.2.4 A instituição de ônus real sobre o patrimônio comum e particular .....	330
7.2.5 A fiança e o aval.....	331
7.2.6 Doação não remuneratória dos bens comuns ou dos que possam integrar futura meação .....	338
8. REFLEXOS DA ADOÇÃO DO REGIME DA COMUNHÃO PARCIAL DE BENS EM SITUAÇÕES JURÍDICAS DIVERSAS.....	340
8.1 A questão sucessória .....	340
8.2 O dever de colacionar .....	344
8.3 Redução por inoficiosidade .....	347
8.4 Curatela.....	348
8.5 O exercício da atividade empresarial pelos cônjuges ou conviventes..	349

9. A ATUAÇÃO PROCESSUAL DOS CÔNJUGES E CONVIVENTES E AS AÇÕES DE FAMÍLIA NO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL.....	350
9.1 As ações de família .....	355
9.2 As regras de competência no CPC/2015.....	356
9.2.1 As espécies de ações de família.....	357
9.2.2 A mediação e a conciliação nas ações de família.....	359
9.2.3 As ações de família consensuais .....	360
10. REFLEXÕES FINAIS .....	362
10.1 A família .....	362
10.2 O estatuto patrimonial.....	363
10.3 A composição do patrimônio e seus efeitos.....	364
BIBLIOGRAFIA .....	371
OUTRAS OBRAS DO AUTOR.....	381